

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.936 - SP (2019/0301338-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : HASAN ABDUL HAMID ZARIF HASAN
ADVOGADOS : FABIO TOFIC SIMANTOB - SP220540
MARIA JAMILE JOSÉ - SP257047
GIOVANA COSTA SERRA - SP390914
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por HASAN ABDUL HAMID ZARIF HASAN contra acórdão proferido pela Terceira Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2117714-83.2019.8.26.0000.

O recorrente foi denunciado pela suposta prática dos crimes de lesão corporal (na forma consumada e tentada) e de ameaça. Segundo a denúncia, o recorrente, juntamente com outros dois corréus, teriam investido contra manifestantes que participavam de uma passeada realizada por ocasião da nova lei de imigração, ameaçando-os e agredindo-os com socos e chutes. Consta, ainda, que o ora recorrente teria deflagrado um artefato explosivo, causando ferimentos em Fábio Gonçalves Oliveira.

Após o recebimento da denúncia, a defesa impetrou *habeas corpus*, buscando o trancamento da ação penal, alegando ausência de justa causa para a persecução criminal e ausência de requisito essencial de procedibilidade e a atipicidade da conduta. A ordem foi parcialmente concedida, por meio de acórdão que recebeu a seguinte ementa (e-STJ, fl. 695):

"Habeas Corpus" - Lesão corporal e ameaça - Inépcia da denúncia em relação ao crime de lesão corporal não verificada - Peça acusatória que bem descreveu os fatos - Prescindibilidade de representação formal por parte das vítimas - Ofendidos que demonstraram inequívoco interesse em iniciar a persecução penal - Ausência de constrangimento ilegal - Trancamento da ação penal em relação ao crime de ameaça - Possibilidade - Peça acusatória que não indica o sujeito passivo - Necessidade de individualização das vítimas - Ordem parcialmente concedida

Superior Tribunal de Justiça

para determinar o trancamento da ação penal apenas em relação ao crime de ameaça, com extensão ao corréu Nour El Deen Alsayyd.

Neste recurso, a defesa insiste na necessidade de trancar a ação penal, argumentando não ter havido representação dos ofendidos. Diante disso, requer, liminarmente, a suspensão do feito até o julgamento do presente recurso. Informa que a audiência de instrução e julgamento está marcada para o dia 13/9/2019.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, cumpre destacar que, em consulta realizada no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo, obteve-se a informação que a audiência de instrução, debates e julgamento está designada para o dia 11/10/2019.

A liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Acerca do tema trazido nesta impetração, o trancamento da ação penal pela via do *habeas corpus* é medida excepcional, aplicada nas hipóteses de manifesta atipicidade da conduta ou constatação, *prima facie*, de causa de extinção da punibilidade, ou quando se verifica que não existem indícios mínimos de autoria e materialidade, situações não verificadas no caso destes autos.

Neste caso, o Tribunal de origem concluiu que a condição de procedibilidade está presente, pois houve inequívoca demonstração de interesse das vítimas em dar início à persecução criminal. Tal circunstância evidencia-se pelo boletim de ocorrência e pelos laudos de exame de corpo de delito.

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é

Superior Tribunal de Justiça

no sentido de que *a representação do ofendido nas ações penais públicas condicionadas prescinde de qualquer formalidade, sendo suficiente a demonstração do interesse da vítima em autorizar a persecução criminal.* (RHC n. 51.481/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 21/10/2014, DJe 29/10/2014).

De todo modo, o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito recursal, que será analisado oportunamente, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para
parecer.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator